

política



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

STF nega auxílio-refeição em férias

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF, foto), rejeitou ação movida pelo governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que contestava o direito de servidores públicos estaduais receberem auxílio-refeição durante as férias e incluírem a verba no cálculo do terço constitucional. A relatora negou o seguimento do pedido por razões processuais, esclarecendo que a via utilizada não pode substituir recursos cabíveis no próprio processo e que a discussão envolve o exame de legislação estadual.



NEILSON IR/STF/DIVULGAÇÃO/JC

Política Nacional da Farinha de Arroz

O deputado federal gaúcho Alceu Moreira (MDB) apresentou projeto de lei para criar a Política Nacional de Pesquisa, Inovação e Promoção da Farinha de Arroz (PNPFA). A proposta do parlamentar busca incentivar estudos científicos e o desenvolvimento tecnológico para o aproveitamento de grãos quebrados e subprodutos do arroz na alimentação humana, como ingrediente complementar na panificação e confeitaria, sem impor percentual mínimo obrigatório de mistura à farinha de trigo. “A opção adotada pela proposição é apoiar a pesquisa, a inovação, a cooperação e a difusão de informações confiáveis”, destaca o parlamentar emedebista.

Reestruturação da cadeia de grãos

A deputada federal gaúcha Any Ortiz (PP) apresentou projeto de lei que institui o Programa Nacional de Reestruturação Financeira da Cadeia de Grãos (PNRFCG). O projeto propõe medidas para a repactuação de dívidas do crédito rural, revisão de garantias, bancarização de créditos privados e compartilhamento de riscos, visando recuperar a capacidade de financiamento de produtores rurais e empresas cerealistas. “A proposta busca criar um marco legal capaz de fortalecer a recuperação financeira da cadeia, conciliando a preservação da atividade produtiva e a estabilidade do crédito”, justifica a parlamentar.

Farroupilha recebe R\$ 940 mil

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), por meio da Defesa Civil Nacional, autorizou o repasse de R\$ 940,4 mil para o município de Farroupilha, no Rio Grande do Sul. A liberação do recurso, oficializada no Diário Oficial da União, destina-se a financiar obras e ações de reconstrução e recuperação na cidade afetada por desastres naturais.

Emergência em 13 municípios

A Defesa Civil Nacional oficializou o reconhecimento de situação de emergência em 13 municípios do Rio Grande do Sul afetados por temporais, granizo e vendavais. Publicadas no Diário Oficial da União, as portarias contemplam Barão de Cotegipe, Canguçu, David Canabarro, Jaguarão, Santo Antônio do Palma, São José do Norte e Vera Cruz (impactados por chuvas intensas); Piratini (queda de granizo); além de Butiá, Charqueadas, Chui, Não-Me-Toque e Pantano Grande (atingidos por vendavais). A medida habilita as prefeituras a solicitar verbas federais para ações de resposta e reconstrução.

Rota Portuária do Sul passa por audiência

O único projeto do Rio Grande do Sul citado no balanço de concessões da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) é o da Rota Portuária do Sul, que já concluiu a etapa de audiência pública e segue em avanço técnico para a estruturação do edital.

Juliana propõe ensino

Entrevista Especial



Bolívar Cavalier e Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Candidata do PDT ao governo do Rio Grande do Sul, Juliana Brizola tem na educação e no ensino em tempo integral uma de suas principais bandeiras. Seu avô, o ex-governador Leonel Brizola, ficou conhecido no Estado e no Brasil pelo avanço desta política, e a pedetista quer agora priorizar essa plataforma, caso seja eleita ao Piratini. Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, a candidata afirma que pretende transformar gradativamente todos os colégios gaúchos em escolas de tempo integral com ofertas de ensino técnico aos alunos.

Juliana prevê se utilizar de recursos do Propag, o novo programa de renegociação das dívidas dos estados com a União, para avançar no ensino em tempo integral no Estado. Além disso, ela quer prorrogar o Funrigs, o fundo da reconstrução gaúcha após as cheias históricas de 2024, por dois ou três anos, pois avalia que o RS precisa de um “fôlego” neste momento. Outro assunto abordado pela pedetista é o da busca por maior protagonismo político dos gaúchos em Brasília, para viabilizar, por exemplo, a criação de um fundo constitucional para o desenvolvimento da Região Sul.

Jornal do Comércio - Por que quer ser a governadora do RS?

Juliana Brizola - Porque eu quero resgatar o protagonismo político do RS, sobretudo lá em Brasília, mas também, claro, o protagonismo econômico, e para isso a gente tem um plano. Então é por isso que eu quero ser governadora: resgatar esse Estado que já foi grande, já foi modelo, seja no desenvolvimento econômico, seja na questão da educação. Mas que, infelizmente, hoje é um dos piores estados do Brasil para se viver em termos de desenvolvimento econômico, em qualidade de vida, em educação de qualidade dentro das salas de aula, na própria saúde, com uma fila quilométrica. São muitos problemas, e problemas que vêm há longo tempo já, como a questão da infraestrutura, mas também temos problemas de agora,

como, por exemplo, a proteção contra os fenômenos climáticos.

JC - Está prevista para a metade do ano que vem a retomada dos pagamentos da dívida do Estado com a União. A senhora já afirmou que pretende prorrogar o Funrigs e que já teve conversas com o presidente Lula sobre isso. Em que moldes seria essa prorrogação?

Juliana - Na verdade, a prorrogação do Funrigs, que é esse fundo de reconstrução, é porque precisamos de mais um fôlego. Temos uma dívida que foi muito mal negociada lá atrás, que a gente paga, paga, paga, e ela segue crescendo. E essa dívida nos sufoca. Então, no momento em que a gente volta a pagar a dívida, porque termina esse fundo, a gente entende que o ideal é conversar com a União, seja com quem for que estiver lá, para que a gente prorrogue entre dois ou três anos, para a gente ganhar esse fôlego. Nesse meio tempo, que a gente possa assinar o Propag, que vai dar dinheiro para a educação. Porque, vamos dizer assim, nessa modalidade de pagamento da dívida, que é o Propag, os juros ficam aqui para o investimento, então a gente pode usar ele para a educação. Concomitante a isso, a gente precisa ter uma articulação forte lá em Brasília, com a nossa bancada federal, para que a gente possa receber o Fundo Constitucional do Sul, que já existe para o Nordeste, e ajudou o Nordeste durante tanto tempo. E agora o Rio Grande do Sul precisa, a gente passou por uma grande tragédia climática aqui, e não é fácil a reconstrução, e a União tem que ser sensível ao que os gaúchos e gaúchas estão precisando nesse momento. Então, o primeiro passo seria prorrogar o Funrigs, o segundo passo aprovar esse fundo constitucional, e, conco-

mitante, a gente precisa desenvolver um projeto econômico, fazendo com que o nosso Estado atraia mais investimentos. Para isso, é claro, a gente também vai ter que mexer na infraestrutura e na própria questão educacional do nosso Estado.

JC - A senhora é crítica às concessões rodoviárias que estão sendo promovidas. Qual seu plano para melhoria das estradas?

Juliana - Eu não sou contra concessão, assim como também não sou contra privatizações. Só que, assim, a gente privatizou a nossa energia e a gente privatizou a nossa água. Hoje, a maior reclamação do consumidor no Procon é sobre serviços essenciais - água e energia. A tarifa não melhorou, o serviço que foi contratado não aconteceu, e o serviço ficou pior. A gente escuta reclamações, seja da energia, seja da água e tal. Então, acredito muito que é o seguinte: se você vai entregar para o privado, ok, porque a gente acredita também que parceria público-privada em muitos locais dá certo. Acho que o público deve andar do lado do privado, os dois se apoiando, cada um na sua área. Não precisam ser inimigos. Mas o que eu vejo nessa modelagem atual dos pedágios, e esses famosos (pedágios) free flow, em primeiro lugar: falta de diálogo com a comunidade, com as lideranças locais. O Bloco 1 (de rodovias) foi renegado pelas lideranças locais do comércio, pessoas públicas, enfim, moradores e moradoras. Eles se mobilizaram, e não conseguiram fazer a concessão até agora. O segundo bloco não teve interessados. Por quê? Porque não há segurança jurídica para o concessionário. Como não deu certo o Bloco 1, mesmo que já tivesse acontecido e não puderam implementar, esse Estado não está dando uma segurança jurídica para aquela conces-



“A dívida foi mal negociada; o primeiro passo seria prorrogar o Funrigs e depois criar o Fundo Constitucional”